



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e catorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Décima Oitava Sessão Ordinária do Segundo Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da relação da matéria, datada de 5 de junho último. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Senhores Vereadores pela 1ª Secretária, nos termos do disposto no art. 109 da Resolução nº 276, de 9.11.2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o art. 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Senhores Vereadores: Doutor Ary Augusto Reis de Macedo (1), Benedito José do Couto (2), Professor Cinoê Duzo (3), Daniel Gasparini dos Santos (4), Daniela Dalben Mota (5), Dayane Amaro Costa (6), João Antônio Pires Gonçalves (7), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (8), Laércio Rocha Pires (9), Leonardo David Zaniboni (10), Luís Roberto Tavares (11), Professor Luiz Antônio Guarnieri (12), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (13), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17, conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no art. 106, parágrafo único, da citada Resolução, convidou a Vereadora Daniela Dalben Mota para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita providência, dando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

por iniciada a parte reservada ao "EXPEDIENTE", o Senhor Presidente submeteu à apreciação do plenário a ata da Décima Sétima Sessão Ordinária e Sexta Sessão Extraordinária, realizadas em 2 de junho último, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, Presidente e 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 60, de 2014, do Prefeito Municipal, acompanhado da Mensagem nº 46 e Ofício nº 46, ambos datados de 3.6.14, “dispondo sobre permissão de uso a título precário, sem ônus e com contraprestação de bens patrimoniais de patrimônio da Prefeitura ao SOS – Serviço de Obras Sociais”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social). 2. Projeto de Lei nº 62, de 2014, do Prefeito Municipal, acompanhado da Mensagem nº 47 e Ofício nº 47, ambos datados de 5.6.14, “dispondo sobre repasse de subvenção ao grupo Vida Nova de Assistência Familiar”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação, de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento). 3. Projeto de Lei nº 63, de 2014, do Prefeito Municipal, acompanhado da Mensagem nº 48 e Ofício nº 48, ambos datados de 6.6.14, “dispondo sobre convênio com o CEBE – Centro de Educação e Integração Social ‘Benjamim Quintino da Silva’”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação, de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento). 4. Projeto de Lei nº 64, de 2014, do Prefeito Municipal, acompanhado da Mensagem nº 49 e Ofício nº 49, ambos datados de 6.6.14, “dispondo sobre convênio com a Associação Vida – Voluntários Independentes em Defesa dos Animais”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação, de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento). 5. Projeto de Lei nº 61, da Vereadora Dayane Amaro Costa, “dispondo sobre elaboração de estatística sobre a violência contra a mulher”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 6. Projeto de Lei nº 65, da Mesa da Câmara, “dispondo sobre concessão de referências aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da Câmara Municipal”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Orçamento). “Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): n°s 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340 e 347, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, solicitando “cópia do contrato de R\$ 75.840,00 firmado com a ‘Casa da Pesquisa Opinião Pública, Planejamento e Marketing Ltda.’; com a empresa ‘SP Margarido Consultoria Ltda.’ no valor de R\$ 7.800,00; com a empresa ‘Gerenciamento Ambiental Ltda.’, no valor de R\$ 71.750,00; com a empresa ‘Oliver Arquitetura Ltda.’, no valor de R\$ 108.000,00; com o ‘Hotel Bourbon Atibaia Convention & Spa Resort’, no valor de R\$ 3.124,74; com a ‘Interativa Comércio e Palestras Ltda.’, no valor de R\$ 7.980,00; e com a empresa ‘José Esteves Lopes Filho Eventos’, no valor de R\$ 173.780,00; e reiterando Requerimento n° 24/14, sobre a prestação de contas dos recursos disponibilizados à ACIMM – Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim, sobre adornos de Natal”; n°s 341, 344, 345 e 346, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando “reiterando Indicação 944/13 e notificação aos proprietários de terrenos da Rua Lourenço Franco de Campos para procederem à limpeza; reiterando Indicação n° 132/14, pavimentação asfáltica na rua Lázaro Franco de Moraes e religação da iluminação do Jardim Helena; seja notificada à Riwenda Construções e Negócios para limparem seus terrenos no Residencial Floresta; reiterando Requerimento 603/13 para obras nas galerias de águas pluviais na rua Nelson Vital do Prado, Jardim Helena”; n° 343, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, solicitando “seja reiterado o Requerimento n° 231/14, informações a respeito do Museu Municipal, a saber, custos, investimento das esferas Estadual e Federal, dotação Municipal, projetos e atividades, incentivo à visitação e gastos reais de manutenção e funcionamento do Museu”; n° 342, do Vereador Doutor Ary Augusto Reis de Macedo, solicitando “criação de fundo municipal para repasse de cota de arrecadação da conta de água para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim”; n°s 348 e 349, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando “reiteração da Indicação n° 645, melhorias na rua Napoleão Benatti, Garcêz; e reiteração da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Indicação nº 1064, que indica obras para contenção das enchentes no Túnel Mário Covas”. Na sequência, o Senhor Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Senhor Prefeito: nºs 409 e 412, do Vereador Laércio Rocha Pires, indicando “sinalização das ruas do bairro Santa Clara; operação tapa-buracos nas ruas do Jardim Primavera II; nºs 410, 414 e 416, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, indicando “prorrogação do prazo do concurso para Guarda Civil Municipal por dois anos; limpeza das guias da Avenida Paulo dos Reis Junqueira, Bairro Jardim Tropical; instalação de lixeiras na Praça Tercília Rossi Longatto, Jd. Tropical”; nº 411, da Vereadora Dayane Amaro Costa, indicando “manutenção e limpeza de boca de lobo na Rua do Mirante, esquina com Avenida Adib Chaib”; nº 413, do Vereador Doutor Ary Augusto Reis de Macedo, indicando “notificação de proprietários para construção de calçada nos imóveis da Avenida Brasil, sentido Centro – Bairro Santa Cruz”; nºs 417, 418 e 419, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, indicando “manutenção do asfalto na rua Joaquim Silveira Cintra, Jardim Cintra; coleta de entulhos e restos da poda na rua Pedro Ferreira Alves, Vila São José; e manutenção do asfalto na rotatória da rua Antônio Moreno Peres, Jardim Maria Beatriz”; nº 420, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, indicando “limpeza de imóvel na rua João Felício, nº 220, Parque das Laranjeiras”; nº 421, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, indicando “seja instituído do Comad – Conselho Municipal Antidrogas, pela Lei nº 3755/02”; nº 422, do Vereador Benedito José do Couto, indicando “a realização do *show* Gospel nos eventos de aniversário do Município, em outubro deste ano”; e nº 423, do Vereador Luís Roberto Tavares, indicando “iluminação pública na rua São Salvador, Vila Dias”. A seguir, o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs 448, 449, 450, 451, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459 460, 461, 462 e 463, datados de 2, 3 e 9 de junho últimos, subscritos pelo Prefeito Municipal, respondendo às proposituras dos Vereadores: Requerimentos: nº 234 e 224, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; nº 164, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Laércio Rocha Pires; nº 509 e 309, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nº 212, do Vereador Doutor Ary Augusto Reis de Macedo; nº 286, do Vereador Waldemar Marcurio Filho; nº 121, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni. Indicações: nº 360, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; nº 372, 373, 390, 391, do Vereador Luís Roberto Tavares; nº 294, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nº 320, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri; nº 314, da Vereadora Dayane Amaro Costa; (arquivem-se, após dar ciência aos Vereadores interessados).” Telegramas do Ministério da Saúde, datados de 30 de maio e 2 de junho de 2014, “comunicando a liberação de verbas para os programas Aperfeiçoamento SUS, Emap, Emad e Melhoria de Acesso e Qualidade”; (arquivem-se). Telegrama do Ministério da Educação, datado de 21.5.14, “comunicando a liberação de recursos para o programa Pdde”; (arquive-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para ser levados ao conhecimento do plenário, o Senhor Presidente, pelo parágrafo único do art. 108, facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos. O primeiro orador regularmente inscrito, Vereador Professor Cinoê Duzo, saudou os presentes e citou sobre a utilização do Espaço Cidadão, que poderia ser utilizado como ponto terminal de ônibus urbano. Dito isso, o orador, em respeito às duas vítimas do acidente de ônibus, não iria polemizar. Assim, pediu que o seu tempo fosse destinado ao silêncio, em sinal de respeito pelo falecimento de duas pessoas que aguardavam o ônibus circular no ponto da rua Ulhoa Cintra. Em seguida, falou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, o qual desistiu de falar. Ato contínuo, foi à tribuna o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, que saudou os presentes e comentou sobre a reportagem do jornal “A Comarca”, que exemplificava o efeito que causava ao leigo, intitulada “Vereadores querem parcelar conta de R\$ 10 por 16 anos”. Os Vereadores tiveram outro entendimento sobre o projeto, mas da maneira como foi reportado por A Comarca, estava ‘tirando sarro’ dos Vereadores e deveria ser mais responsável ao dar informações aos seus leitores. Para exemplificar, citou alguns casos dos condomínios, cujas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dívidas de R\$ 500 mil poderiam ser parceladas, conforme trabalho sério desenvolvido pelo Vereador Laércio Rocha Pires e ele próprio, Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni. O Presidente do Saae, Celso Cresta, deu alguns esclarecimentos e ele, Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, estava tentando ajudar os moradores e, por fim, pediu que o jornal A Comarca prestasse mais atenção às notícias que veiculava. Os Vereadores Doutor Ary Augusto Reis de Macedo e Daniel Gasparini dos Santos desistiram de falar. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira foi à tribuna para saudar os presentes e dizer que os condomínios tinham problemas de inadimplência e havia problemas de perda e de vazamento, mas não se constatava nada e o Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos deveria resolver o problema, porque a água é item essencial e cada um deveria pagar por ela, dentro do preço real de seu consumo. Citou o problema de inadimplência de uma moradora do Parque das Laranjeiras, algo em torno de R\$ 3 mil, mas o Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos esclareceu que poderiam ser duas coisas: vazamento ou consumo. Entretanto, isso não estava correto, porque não se tratava de nada disso. “Passou da hora de os condomínios se reunirem para tratar do alto preço da água na cidade e – ou paga, ou se corta o serviço de água”. Em seguida, mudando de assunto, pronunciou o seu voto ao projeto de lei nº 168, primeiro item da pauta de hoje. Disse que o Senhor Jorge Barbosa era um empreendedor de respeito e gostaria de investir na cidade, em terreno entre a Morecap e Vipal. Então, desejou ela que Jorge Barbosa conseguisse trazer novas indústrias e negócios para a cidade. Na sequência, falou o Vereador Luís Roberto Tavares, que saudou os presentes e deu as boas-vindas ao grupo Escoteiro “Encanto das Matas”, que já receberam moção de aplausos pelo resgate no ano passado. Saudou também os moradores do Jardim Europa e, prosseguindo, citou que a água era assunto polêmico e importante, porque é bem essencial à vida. Lembrou ter nomeado comissão para diagnosticar o alto valor da água aos moradores e, amanhã, iria encaminhar ao Ministério Público três ofícios, já que um deles se referia ao assunto da água, para a qual não recebeu resposta. Em seguida, citou sobre a presença de Márcio de Souza,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Presidente da Associação das Pessoas com Deficiência, que recebeu a sua visita no sábado e pode saber de pormenores sobre a vida dos acidentados ou que tinham a mobilidade reduzida. Para ele, faltavam projetos para deficientes, idosos e gestantes e, a partir do mês vindouro, iria solicitar reunião com o Secretário da pasta correspondente, com vistas a minorar o problema de acessibilidade na cidade. A seguir, discursou o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que saudou os presentes e citou seja reiterado o Requerimento nº 231/14, informações a respeito do Museu Municipal, a saber, custos, investimento das esferas Estadual e Federal, dotação Municipal, projetos e atividades, incentivo à visitação e gastos reais de manutenção e funcionamento do Museu. Em seguida, falou sobre o primeiro item a ser votado hoje, mas alertou o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni que estava faltando anexar o documento da Cetesb, porque que ele alegou ser este o motivo do atraso. Sobre o pagamento das férias dos servidores, houve um acordo com o pessoal do Executivo, pela retirada do projeto da pauta, mas a reunião da quarta-feira, às 17 horas, foi cancelada, rompendo o acordo e um Decreto foi editado no fim da semana, derrubando por terá as emendas sobre prazos e valores, de autoria dos Vereadores. Disse que esperava que os servidores pudessem tomar as melhores decisões possíveis, porque os Vereadores não poderiam ajudá-los. Em seguida, louvou o trabalho do Grupo Escoteiro e do Cebe, que tiravam os jovens das ruas e formavam-nos para o trabalho e para ações úteis, de formação de caráter e profissionalismo. Por fim, citou que o pessoal do Jardim Europa seria recebido em Tribuna Livre e, hoje, com 16 requerimentos, 7 deles são pedidos de reiteração, porque o Executivo não atendeu da primeira vez. “40% dos requerimentos de hoje são de reiteração. Não precisa ser exímio especialista para deduzir que o Executivo precisa ‘pegar a enxada’ e começar a trabalhar, porque os Vereadores são representantes do povo e procuram atender às reivindicações da população” – alfinetou o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, encerrando a sua participação. Em seguida, discursou a Vereadora Dayane Amaro Costa, saudando os presentes e agradeceu o Grupo Escoteiro e moradores do Jardim Europa, hoje nas galerias da Casa. Disse ela que iria



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

agradecer a pintura e sinalização na escola e no bairro jardim Nossa senhora Aparecida, e pode ver que o bairro inteiro seria beneficiado com o serviço. Em seguida, citou que havia alguns vazamentos no asfalto e, na audiência de saneamento, ela solicitou que fosse feito reparo e recebeu resposta favorável dos profissionais. Em seguida, citou sobre seus projetos voltados à maternidade e o executivo acenou pela viabilidade de efetuar material didático como folders e cartilhas, de incentivo ao pré-natal, a fim de reduzir a mortalidade infantil na cidade. Na sequência, o Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi saudou os presentes e disse sobre suas indicações, relativas à manutenção do asfalto na rua Joaquim Silveira Cintra, Jardim Cintra; coleta de entulhos e restos da poda na rua Pedro Ferreira Alves, Vila São José; e manutenção do asfalto na rotatória da rua Antônio Moreno Peres, Jardim Maria Beatriz. Prosseguindo, disse que o ano estava complexo para a produção de cítricos e pediu ao governo Municipal um incentivo para a comercialização do produto, Disse ainda sobre a alta estimativa de roubo de tratores na área rural e, na última semana, um casal foi levado de refém, enquanto trabalhava na roça e pilotava o trator. Desta forma, disse que era necessário um policiamento ostensivo na área rural. Ato contínuo, falou o Vereador Laércio Rocha Pires, o qual comentou sobre o discurso do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, e ressaltou que o Vereador tinha a obrigação de ajudar o munícipe, seja de condomínio ou não. No tocante à conta de água, realmente havia alguns pontos a serem conferidos pelo Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos e sua luta atual era em prol do loteamento Areião e dos bairros Parque das Laranjeiras e Jardim Planalto. Para ele, o valor deveria ser revisto, mesmo porque a falta d'água em certos condomínios ainda ocorria, e isso era inadmissível, nos tempos atuais. Posto isto, encerrou a sua participação. O próximo orador, Vereador Waldemar Marcurio Filho, foi à tribuna para saudar os presentes e comunicar as notícias que recebeu: algumas boas e outras ininteligíveis. Louvou o trabalho do senhor Luiz Fernando, o qual foi convidado a compor o Conselho de Saúde e desejou a ele um profícuo trabalho. Em seguida, citou sobre a criação do conselho antidrogas, trabalho seu protocolado na noite de hoje.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Com relação ao parcelamento da conta de água, conforme notícia reportada erroneamente pelo jornal A Comarca, lamentou que ainda houvesse jornalistas que eram maldosos e erravam em noticiar algo tão importante, apenas para ridicularizar a Câmara e os vereadores. Em seguida, agradeceu o Secretário da Segurança pelo policiamento ostensivo no Distrito de Martim Francisco. Prosseguindo, comentou sobre a audiência pública a respeito do Consórcio Intermunicipal de Saúde e soube que a Secretaria de Saúde não tinha competência para auditar as contas do Consórcio, o que o indignou. Assim, iria marcar reunião com o Secretário de Saúde, para saber o que realmente estava ocorrendo, porque os Vereadores da câmara de Mogi Mirim não podiam fiscalizar em outras cidades. Ato contínuo, discursou a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, que saudou os presentes e disse ter conversado com Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, com relação ao roubo de tratores na zona rural, porque foi procurada por agricultores e sitiantes que muito lutavam em suas propriedades, e eles estavam em pânico, porque não queriam trabalhar com equipamento por medo, e acabavam descuidando de seus pomares e lavouras. Havia uma senhora que ficava escondida, filmando o trabalho do filho na lavoura, para documentar eventual roubo. Assim, concitou o Conseg – Conselho de Segurança, o Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi e a Polícia Rodoviária, que ajudassem a coibir os assaltos na zona rural, da forma como já trabalhou na legislatura passada. Desta forma, convidou o Capitão Oliveira para comparecer à Casa e tomar pé da situação. Em seguida, lembrou a Oradora das tomadas de decisão ocorridas outrora, cujo resultado foi satisfatório, porque otimizou a ronda rural. O Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni foi à tribuna para pedir a antecipação da “Tribuna Livre” aos moradores do Jardim Europa. (Os Vereadores aprovavam o pedido por unanimidade). Cumprindo o dispositivo do art. 37 da LOM, combinado com o art. 226 da Resolução nº 276, de 9.11.10, o Senhor Presidente deu ciência aos Senhores Vereadores que havia uma inscrição para uso da “**TRIBUNA LIVRE**” nesta noite, com a participação da senhora Maria Aparecida Souza, para tratar das escrituras das casas do Jardim Europa, cujo discurso foi gravado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

em fita própria. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 20h05, conforme o disposto no art. 105 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Senhores Vereadores, conforme o disposto no art. 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 168, de 2013, de autoria do Poder Executivo “dispondo sobre incorporação ao perímetro urbano do Município de Mogi Mirim da área de terreno de propriedade de J. B. ASSESSORIA EMPRESARIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA.”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação e Parecer conjunto das Comissões de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento; emendas do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, que solicitou a suspensão dos trabalhos às 20h30. Reaberta a sessão às 20h35, o Sr. Presidente explicou que tais emendas foram encaminhadas fora de prazo, e colocou em votação plenária a aceitação delas, por força do art. 151 do Regimento Interno; (posto em votação, a aceitação foi aprovada por 10 votos favoráveis e 7 votos contrários, porém, não alcançando 2/3 dos votos dos Vereadores; o Presidente votou, por força do art. 20, II); (vote-se apenas o projeto). A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros foi à tribuna para dizer que fez um levantamento sobre as expansões urbanas que a Comissão de Justiça deu parecer, e constatou que em um caso, na rodovia Amador Jorge da Siqueira Franco, que não recebeu parecer da Cetesb ou emendas do tipo que foi apresentada hoje. Em outro caso de criação de condomínio industrial, também nenhuma emenda ou parecer da Cetesb foi pedido. No projeto ora em discussão, não há ofício endereçado à Cetesb, o que configura inverdade do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, ao dizer que solicitou parecer da Cetesb, mas apenas o parecer favorável da Comissão, no fim do ano passado. Após a lavra do parecer, o Vereador Administrador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Leonardo David Zaniboni indagou ao Prefeito do porquê de tal projeto. Isso tudo configurava uma postura solitária e única do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni contra o senhor que criou a empresa Sterlix, que a vendeu, e deseja continuar investindo na cidade. Esse mesmo industrial foi presidente da ACIMM – Associação Comercial e Industrial que estava tendo a sua integridade questionada. “Se em nenhum projeto houve parecer da Cetesb, por que agora se pediu? E onde está esse parecer? E por que essas emendas que entraram há cinco minutos, se o parecer ficou nove meses no forno da Comissão.” – questionou a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros. Assumiu a tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que disse ter compreendido o projeto, mas questionou se seria possível fazer no local um hotel, ou um condomínio residencial, e salientou que o projeto agora abria um precedente para futuros casos. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por quinze votos favoráveis e um voto contrário dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 168, de 2014, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 2. Projeto de Lei nº 58, de 2014, de autoria do Poder Executivo “autorizando o Município de Mogi Mirim, a alienar, por doação, área de terreno de sua propriedade para o Governo do Estado de São Paulo, objetivando a construção e instalação de escola Estadual no Residencial Floresta”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 58, de 2014, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 3. Projeto de Lei nº 59, de 2014, de autoria do Poder Executivo “dispondo sobre permissão de uso, a título precário e sem ônus, de bem público que especifica ao 197º Grupo Escoteiro “Encanto das Matas”, e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 59, de 2014, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2014, de autoria do Vereador Manoel Eduardo P. da Cruz “concedendo o título de “Cidadão Mogimiriano” ao Guarda Civil Municipal FRANCISCO SEBASTIÃO DOS SANTOS”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2014, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, em Turno Único); (encaminhe-se ao Presidente da Câmara para a promulgação, nos termos regimentais do art. 195, II). **“ex-vi” do disposto no inciso I, § 2º do Artigo 171 do Regimento Interno:** 5. REQUERIMENTO nº 318, de 2014, subscrito pela Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira “requerendo a abertura de Comissão Especial de Inquérito (CEI) para apurar superfaturamento de compra de materiais de limpeza pelo Município”. Para discussão a pedido do Vereador João Antônio Pires Gonçalves. Assumiu a tribuna a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, que concitou os nobres pares a votar com consciência e seriamente à comissão de investigação para apurar o superfaturamento na compra de materiais de limpeza. O Vereador Waldemar Marcurio Filho foi à tribuna para dizer que tirou informações e apurou a forma como foi feita a licitação, com valores altos, mas em pacotes de dez produtos e, no fim, o produto mais caro compensava o mais barato daquele lote, e em comparação que fez com o supermercado, saía mais barato. Diante de sua constatação, votaria contra a matéria. O Vereador Luís Roberto Tavares foi à tribuna para dizer que era a favor da comissão de apuração e, desde 2005, sempre votou a favor da comissão de apuração de assuntos, porque isso era saudável e prerrogativa dos Vereadores. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa rejeitou por 10 votos contrários e 7 votos favoráveis dos Vereadores, o Requerimento nº 318, de 2014, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, em Turno Único; o Presidente votou, por força do art. 20, II, do Regimento Interno; archive-se). Finda a pauta constante da "Ordem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do Dia", o Senhor Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICACÃO PESSOAL**", conforme determina os Arts. 114 e 115 da Resolução 276/10 (Regimento Interno vigente). O Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni assumiu a tribuna para citar o requerimento de autoria da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, solicitando prestação de contas sobre os adornos de Natal e despesas da Acimm, cujo presidente era Jorge Antônio Barbosa. Disse ele não ter vista nenhuma discussão a respeito dessa prestação de contas, como teve para o mesmo empresário construir 8 barracões para alugar. O Vereador Luís Roberto Tavares parabenizou o 197º Grupo Escoteiro "Encanto das Matas" e parabenizou o empenho e o trabalho por eles executados. Em seguida, citou sobre os moradores dos Bairros Mogi Mirim II e Jardim Europa, cuja associação existia, mas a sede lhes havia sido retirada. Seus pedidos estavam parados, mas eles se reuniam no antigo Cras. O problema dos moradores continuavam sendo a posse indireta e sua documentação. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira disse que em sessão de hoje reiterou o Requerimento nº 24/2014, sobre seu pedido de prestação de contas pela Acimm sobre os adornos de Natal e respectivas despesas, como todos podiam saber. Ela disse que sempre se baseava em documentos e só protocolava ações no âmbito judicial se tivesse documentos para a sua base e aguardava que estes viessem para a sua análise; se não vierem, o Executivo teria que entregá-los para o Ministério Público, de qualquer forma. Sobre o primeiro projeto da pauta, foi favorável à expansão industrial, porque é importante que novos empreendimentos aqui se instalassem, porque, no passado, o cenário da cidade foi mudado, com a vinda de novas indústrias na Rodovia SP -340, mudando o cenário da cidade. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires, o qual explicou o seu voto contrário ao Requerimento 318, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, porque, toda vez que ela impetrava pedido de Comissão de Inquérito, ou protocolava denúncia no Ministério Público, ocorriam muitos problemas. No caso da Saúde, ela denunciou que necessitava fazer licitação, e a consulta havia ficado mais cara e gerou um caos na cidade. Em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

seguida, o Vereador Laércio Rocha Pires discriminou os custos de consultas em muitas áreas de especialidade, para instruiu o encarecimento dos preços. Disse ainda que muitos escreviam no Facebook criticando ou fazendo chacota, mas ele tinha documentos que provavam que as consultas encareceram 130% após a denúncia da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira na Promotoria. Em seguida, concitou o Vereador Doutor Ary Augusto Reis de Macedo a vir à tribuna para explicar melhor o alto custo das consultas e preços da Saúde, após a representação da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira no MP. O Vereador Waldemar Marcurio Filho foi à tribuna para dizer que a irregularidade nos loteamentos era de alçada jurídica e o Município deveria intervir junto à Secretaria Jurídica. Em seguida, disse ter votado contrariamente ao pedido de Comissão de Inquérito, e ressaltou que o Vereador tinha autonomia para adentrar nas Secretarias e conseguir as informações. Então, os atos dele, Vereador Waldemar Marcurio Filho, não impediam que a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira agisse sobre o que quisesse e isso justificava o fato de não tê-la apoiado em sua propositura. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros desistiu de falar. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h20 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A